

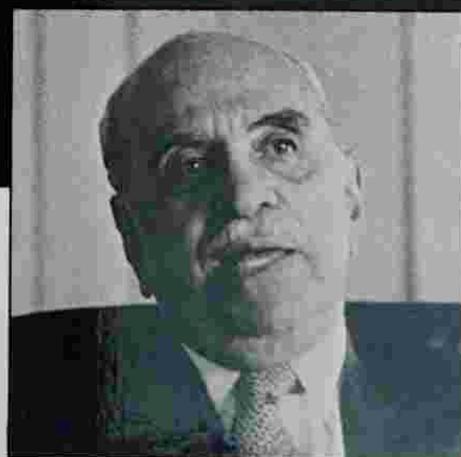
DOCUMENTO

# O Escândalo NEC

BRANDÃO MONTEIRO



A história de como o empresário Mario Garnero foi forçado a entregar o controle acionário da NEC do Brasil.



Um negócio de dezenas de milhões de dólares que Roberto Marinho, da TV Globo, recebeu sem desembolsar um centavo.



EDIÇÕES CEPROS



**BRANDÃO MONTEIRO  
(1938-1991)**

Este livro estava sendo impresso quando morreu, no Rio de Janeiro, o deputado federal José Carlos Brandão Monteiro (PDT - RJ). Brandão Monteiro, maranhense de Rosário, advogado, funcionário licenciado do Banco do Brasil, era deputado no terceiro mandato e Secretário dos Transportes do Estado do Rio de Janeiro, cargo que também ocupou no primeiro governo Leonel Brizola (1983-1987).

**DOCUMENTO**

**O  
Escândalo  
NEC**

**BRANDÃO MONTEIRO**

**Edições CEPROS / 1991 / Rio de Janeiro**  
Capa: NP/Laércio Yoshihara  
Arte Final: Laércio Yoshihara e Calbi P. da Silva.

# ÍNDICE

## 1.

---

Lição de um marquês irônico  
Página 5

## 2.

---

Os culpados – ricos, impunes  
Página 7

## 3.

---

As razões de uma CPI  
Página 11

## 4.

---

O “caso NEC” – sua cronologia  
Página 15

## 5.

---

Seis depoimentos, uma acareação  
Página 19

## 6.

---

Nova CPI, segundo tempo  
Página 41

## 7.

---

O requerimento de Paulo Ramos  
Página 43

## 8.

---

Anexo: relato de Mario Garnero  
Página 49

*“A verdade adelgaça, mas não quebra,  
e anda sempre em cima da mentira,  
como anda o azeite em cima d’água”.*  
**MIGUEL DE CERVANTES (1547-1616)**

*“Não ganha guerra quem vence batalhas,  
mas aquele que conquista consciências”.*  
**Padre ANTÔNIO VIEIRA (1608-1697)**

# 1.

## **Lição de um marquês irônico.**

---

Em suas famosas **Máximas**, Mariano José Pereira da Fonseca, o Marquês de Maricá (1773-1848), político e escritor, ministro do Império, acusa a História de ser insuperável na sua capacidade de mentir.

“Ninguém mente tanto nem mais que a História”, ensina ele. O honrado marquês, que passou à posteridade pela ironia de seus escritos, assinados com o singelo pseudônimo de “Um brasileiro”, talvez exagere. Mas, quem sabe?, nada custa não ignorar sua advertência, e contribuir um pouco para que a História não minta tanto.

Este pequeno livro é o relato de um episódio que, certamente, terá no futuro seu lugar na História maior: o “rumoroso caso da NEC do Brasil”, como o batizou a imprensa, uma novela que tem como cenários a Bahia de Todos os Santos, a charmosa avenida Paulista, em São Paulo, o Japão dos samurais, a Esplanada dos Ministérios e o Palácio do Planalto, em Brasília, o Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, e os tribunais de Justiça. Uma novela mas com personagens reais, que permanecem em ação na cena brasileira, vivíssimos: ex-ministros, empresários poderosos e íntimos do poder, políticos, funcionários corruptos de primeiro, segundo e terceiro escalões.

Parafraseando o escritor pernambucano Paulo

Cavalcanti, que em suas memórias compromete-se a oferecer ao leitor rigorosamente a verdade, “a verdade irretocável”, e principalmente atento à lição do marquês, pretendo também contar o escândalo da NEC exatamente como o escândalo foi. Nem mentiras, nem retoques. Sou, sabidamente, um personagem desse episódio. Na condição de deputado federal (PDT-RJ) e autor do requerimento que originou a CPI da NEC, da qual fui também relator. A CPI apurou, no segundo semestre do ano passado, as denúncias de irregularidades na transferência do controle acionário da NEC do Brasil S/A das mãos do empresário Mario Garnero para a **holding** de propriedade de Roberto Marinho, da TV Globo, bem como o envolvimento e a ação, para a consumação do negócio, do Ministério das Comunicações, das empresas do Grupo Telebrás e da poderosa NEC Corporation, multinacional japonesa. Um escândalo! Um negócio avaliado em dezenas de milhões de dólares, e um mercado futuro de alguns bilhões de dólares, do qual Roberto Marinho conseguiu apoderar-se, graças a amigos encastelados no governo Sarney, e ao poder de intimidação da sua Rede Globo, sem desembolsar um único centavo.

## 2.

### **Os culpados – ricos, impunes.**

---

Esta é uma história inacabada, e mutilada. As pressões e ameaças impediram até agora que fosse contada inteira, com começo, meio e fim. Arrancaram-lhe pedaços, capítulos indispensáveis à maior clareza do relato. As pressões impediram, por exemplo, que a CPI ouvisse os depoimentos do empresário Roberto Marinho e do ex-ministro das Comunicações, e hoje governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, personagens principais do “caso NEC”. O relatório final da CPI, assinado pela maioria de seus membros, não pôde, também devido a pressões e a todo tipo de obstrução, ser submetido à aprovação da comissão e, posteriormente, do plenário da Câmara Federal, para que pudesse produzir seus efeitos legais. Mas tem validade como documento, pois reúne fatos que permitem comprovar que, no episódio, houve crimes contra a administração pública (Título XI, Capítulo I, do Código Penal). Nele, o empresário Roberto Marinho e Miguel Pires Gonçalves, executivo das Organizações Globo, são acusados de enriquecimento ilícito. O ex-ministro Antonio Carlos Magalhães aparece em todos os depoimentos como a figura central, o mandante de todas as irregularidades e pressões cometidas contra o sócio brasileiro da NEC, Mario Garnero, pelo Ministério das Comunicações e a Telebrás. Contra o ex-

secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Villar Furtado, as acusações são de corrupção passiva e falso testemunho. Contra Almir Vieira Dias, ex-presidente da Telebrás, de advocacia administrativa. O relatório é minucioso, com farta comprovação de todos os delitos cometidos.

A ação do ex-ministro Antonio Carlos Magalhães, especialmente, foi decisiva para que o empresário Mario Garnero perdesse o controle acionário da NEC. Ele mandou suspender todas as encomendas e os pagamentos à empresa, sob o falacioso argumento de que, como homem público de reputação ilibada, não podia “negociar com pessoa inidônea”, no caso o empresário Mario Garnero. De propósito, e maliciosamente, o ex-ministro confundiu a pessoa jurídica NEC do Brasil S/A. com a personalidade de seus membro e diretores (Mario Garnero e outros), todos inocentados pela Justiça, e com isso beneficiou a multinacional, a NEC Corporation, e Roberto Marinho. À suspensão das encomendas e pagamentos à NEC brasileira, pela Telebrás e suas subsidiárias, somaram-se as pressões financeiras externas, destacando-se o cancelamento, pela NEC Corporation, dos financiamentos em suas vendas de equipamentos à NEC brasileira. Em consequência desses fatos, ocorridos a partir de junho de 1986, o faturamento da NEC do Brasil S/A caiu de 150

milhões de dólares para 45 milhões de dólares. A cada dia apertava-se mais o cerco. Caíram as ações da empresa na Bolsa de Valores. Cinco meses depois, o controlador da NEC do Brasil, a Brasilinvest Informática e Telecomunicações, e o seu principal acionista, Mario Garnero, capitularam, cedendo suas ações à **holding** de Roberto Marinho.

Concluída a cessão do controle acionário, voltaram a chover dólares sobre a NEC do Brasil. A Telebrás e suas subsidiárias iniciaram, imediatamente, a normalização dos pagamentos à empresa. Novas encomendas foram feitas. Foi assinado um contrato no valor de cem milhões de dólares entre a Telebrás e a NEC, e autorizada uma vultosa associação da empresa brasileira com uma multinacional italiana no Suriname. Coincidentemente, também depois de encerradas as negociações que alijaram Mario Garnero do comando da NEC, a TV Bahia, controlada pelo ex-ministro Antonio Carlos Magalhães, tornou-se a mais nova retransmissora da Rede Globo de Roberto Marinho. A programação da TV Globo, que estava há 18 anos com a TV Aratu, de propriedade da família do falecido senador Luiz Viana Filho, que a implantou e construiu na Bahia, foi entregue à emissora de Antonio Carlos Magalhães por decisão pessoal de Roberto Marinho, depois de um rápido duelo com os Viana na Justiça. Teria sido o pagamento pelos bons serviços prestados aos negócios do dono da Globo? Ficou a suspeita. Aliás, uma

suspeita reforçada por Walter Clark, o homem que ocupou a direção geral da Rede Globo durante mais de dez anos, em seu livro autobiográfico **O Campeão de Audiência**, escrito em parceria com o jornalista Gabriel Priolli. Na página 289, Walter Clark afirma, textualmente, que Roberto Marinho entregou a programação da Globo na Bahia à emissora de Antonio Carlos Magalhães depois de “ganhar a NEC de presente”.

### 3.

## As razões de uma CPI

---

Os fatos de domínio público bastariam para justificar o requerimento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito do “caso NEC”. Mas a idéia de requerê-la foi alimentada também por informações privadas, que aos poucos me foram chegando. Eram denúncias sobre as atividades no Brasil da NEC Corporation, a poderosa multinacional japonesa, e de sua sucursal brasileira, a **joint-venture** NEC do Brasil S/A. As denúncias iam desde o não cumprimento de acordos na área de importação de tecnologia aos contrabandos de equipamentos, passando pela sonegação de impostos. Mas alicerçou a nossa decisão de requerer a CPI, principalmente, a leitura de um relatório entregue ao ex-presidente José Sarney pela bancada do PMDB da Bahia, à frente o então governador Waldir Pires, hoje meu companheiro no PDT. Esse relatório, de mais de 50 páginas, reunia uma série de denúncias contra o Ministério das Comunicações e o ministro Antonio Carlos Magalhães. Nele, o “caso NEC” era comparado ao famoso “caso Panair”, que emocionou o Brasil em sua época – os agitados e negros anos 60 –, e ainda hoje se faz ouvir na voz do cancionista popular, em todo o país. O texto produzido pelos políticos baianos citava documentos e testemunhos que “evidenciavam, de forma cabal e

inquestionável," o jogo de pressões e o tráfico de influência que envolveu o "caso NEC". Estava evidente, segundo o relatório, que "os mais escabrosos atos foram cometidos para o favorecimento de três interesses": os da **NEC japonesa**, vinculada ao Banco Sumitomo, que pretendia desvencilhar-se do seu sócio brasileiro, a **Brasilinvest Informática e Telecomunicações S/A (BIT)**, controlada pelo empresário Mario Garnero; os do **Grupo Roma**, empresa das Organizações Globo, de Roberto Marinho; e, finalmente, os do grupo político e econômico do então ministro das Comunicações, **Antonio Carlos Magalhães**. A CPI, portanto, como muitas outras na história do Congresso Nacional, nasceu de uma grande suspeita. Não foi, nem poderia ser, uma ação contra o capital estrangeiro, mas a suspeita que me levou a requerê-la veio, como está demonstrado, de setores do capital estrangeiro instalado no Brasil. O seu objetivo era transformar a suspeita em respostas. Transformar o obscuro em clareza. Transformar a denúncia incompleta, fragmentada, em possíveis provas. Esse, aliás, é um dos testes maiores da democracia: o exercício da transparência em todos os momentos da prática política. A busca, permanente, da verdade.

A professora Maria Conceição Tavares, uma das estrelas do pensamento econômico no Brasil, costuma dizer que "as multinacionais não são demônios", mas apenas empresas. De fato,

não são demônios. Mas, em alguns casos, podem se constituir numa ameaça. Basta que encontrem, nos países para onde imigram seus interesses, o patriotismo emasculado pela corrupção e brandura nas leis de proteção aos interesses locais. Ou seja, se contarem com a conivência de pecadores da terra, as multinacionais viram demônios, e infernizam a vida dos países onde se instalam. É o caso da japonesa NEC Coporation e de seus aliados brasileiros.

A CPI do “caso NEC”, requerida em 23 de junho de 1987, somente foi instalada no dia 27 de junho de 1990, ou seja, exatamente três anos e quatro dias depois, e começou a funcionar, de fato, em 24 de agosto do mesmo ano. Fiquei com o cargo de relator, depois de uma tumultuada negociação com os deputados do PFL, partido sabidamente controlado pelo ex-ministro Antonio Carlos Magalhães. Ao PFL coube não apenas a presidência da CPI, cargo de vital importância para a condução dos trabalhos, entregue ao deputado pernambucano José Jorge, mas também a vice-presidência, ocupada pelo baiano Benito Gama, homem de absoluta confiança do ex-ministro Antonio Carlos Magalhães.

A CPI pretendia ouvir mais de 20 depoimentos, entre os quais, principalmente, os de Roberto Marinho, do ex-ministro e de dois pesos pesados da NEC Corporation, Tadashi Suzuki, seu vice-presidente, e Massaru Yanagi.

Estavam também em sua lista o nome do misterioso advogado Jorge Serpa Filho, escudeiro de Roberto Marinho, e um executivo da Price Waterhouse, João Paulo Conti, responsável por auditorias na NEC do Brasil. Mas acabamos ouvindo, depois de muitas pressões, apenas sete depoimentos: o do secretário-geral do Ministério das Comunicações, o homem forte na época do cerco e asfixia à NEC do Brasil, Rômulo Villar Furtado; Almir Vieira Dias, ex-presidente da Telebrás; o empresário Mario Garnero; Francisco Sanchez, primeiro presidente da **joint-venture** NEC do Brasil; Samsão Woiler, ex-presidente da Standard Electric; e Arnaldo Alencar Lima, ex-diretor financeiro e administrativo da NEC. Foi também realizada uma acareação entre Mario Garnero e Rômulo Villar Furtado. Como se vê, a CPI chegou ao fim sem ter podido incluir em seu relatório os personagens principais dessa história de corrupção e impunidade.

## 4.

### O “caso NEC” – sua cronologia

---

Os seis depoimentos e a acareação estão no próximo capítulo, em suas partes mais significativas. Antes, no entanto, recapitularemos, para maior compreensão do “caso NEC”, os principais pontos dessa história inacabada, que vai deste a formação da **joint-venture** NEC do Brasil, que reuniu os japoneses da NEC Corporation e o grupo Brasilinvest, de Mario Garnero, ao relatório final da CPI. Eis os principais pontos, numa ordem que nos pareceu a mais didática:

1. Em dezembro de 1986 consumou-se a venda do controle acionário da NEC do Brasil às Organizações Globo, de Roberto Marinho. O então ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, exerceu papel de grande destaque na história.
2. A venda do controle da NEC a Roberto Marinho foi precedida de uma brutal campanha de ataques (pela Rede Globo e o jornal **O Globo**, principalmente) ao empresário Mario Garnero.
3. A poderosa máquina do Ministério das Comunicações e da estatal controladora do setor de telefonia, a Telebrás, entraram na briga, também contra o empresário Mario Garnero.
4. O próprio ex-presidente José Sarney envolveu-se nas pressões. O governo Sarney

levou a NEC ao sufoco, deixando de pagar, inclusive, contratos já vencidos, com o objetivo de expulsar Mario Garnero do controle acionário da empresa. O empresário Matias Machline, do grupo Sharp-SID, sabidamente ligado ao ex-presidente, que, segundo Mario Garnero, apresentou a melhor proposta para a compra de sua parte na NEC do Brasil, foi aconselhado a desistir do negócio, que já estava fechado, por “um telefonema de um velho amigo”.

5. Em seu livro **Jogo Duro**, editado pela Best Seller, e já na terceira edição, Mario Garnero conta em detalhes, no capítulo “Os japoneses – e a Globo – atrás de mim” (que reproduzimos no último capítulo deste livro), como se consumou a venda do controle acionário da NEC.

6. A história da relação de Mario Garnero e de sua empresa, a Brasilinvest Informática e Telecomunicações, com os japoneses da NEC Corporation, também contada no mesmo capítulo de **Jogo Duro**, começou a se desenhar em 1978. Era então presidente da República o general Ernesto Geisel (1974-1979). O governo Geisel decidiu, àquela altura, considerar prioridade 1, com urgência urgentíssima, a expansão das telecomunicações e dos serviços de telefonia no Brasil. O ministro das Comunicações era o coronel Euclídes Quant de Oliveira.

7. O setor (telecomunicações e serviços de telefonia) era ocupado basicamente por multinacionais: a americana ITT, a alemã

Siemens, a sueca Ericsson etc. A solução proposta pelo governo Geisel, para expandir o setor, era juntar tecnologia de fora com investimentos mais pesados de grupos brasileiros. O grupo Brasilinvest entrou na parada.

8. A pedido do governo Geisel, o Brasilinvest acabou assumindo o controle da Standard Electric, uma empresa praticamente falida, de propriedade da ITT, que corria o risco de fechar as portas e desempregar cerca de 4.000 funcionários. A ITT não estava muito interessada em salvar a Standard – queria mesmo era cair fora. Arrumou-se então outro sócio estrangeiro para o Brasilinvest: a Philips. Na última hora, quando tudo estava pronto para a assinatura, em Nova York, do contrato entre a ITT, a Philips e o Brasilinvest, entram em cena os japoneses da NEC Corporation, por decisão do governo brasileiro. O presidente da República era o general João Baptista Figueiredo (1979-1985). O ano era 1981. A essa altura, a NEC Corporation tinha no Brasil negócios limitados.

9. Criou-se, então, a NEC do Brasil, em associação com o Brasilinvest Informática e Telecomunicações S/A. A empresa, da qual fazia parte também a Standard, passaria a controlar 42% do mercado de centrais telefônica automatizadas, que estava sendo aberto pelo governo. Para entrar nesse apetitoso negócio, com toda a proteção do governo brasileiro, os japoneses da NEC Corporation não mediram

promessas. Em seu livro **Jogo Duro**, o empresário Mario Garnero fala de um telex de “metro e meio de comprimento, contendo doces promessas”.

10. A grande maioria dessas promessas (compromissos com o governo e as leis brasileiras), no entanto, nunca foram cumpridas, sempre com a conivência de autoridades brasileiras. Os japoneses da NEC Corporation ainda hoje têm verdadeiro pavor de perder o controle tecnológico da operação brasileira. Tanto é que, quando o empresário Mario Garnero quis reduzir a dependência tecnológica, diminuindo as importações de equipamentos do Japão, a NEC Corporation só faltou ameaçá-lo de morte. Os japoneses chegaram ao extremo de aderir ao contrabando para manter o seu controle sobre a NEC do Brasil. Em 1983, um grande contrabando de peças agitou a imprensa brasileira.

## **5.**

### **Seis depoimentos, uma acareação.**

#### **Francisco Sanchez**

Francisco Sanchez, que ocupou a presidência da NEC do Brasil desde a sua fundação, em 1982, até abril do ano seguinte, limitou-se a dizer que conhecia as denúncias de que se ocupava a CPI (as pressões sobre o empresário Mario Garnero) pela imprensa. “Este é todo o meu depoimento”, afirmou, textualmente, e a seguir colocou-se à disposição dos deputados, “para quaisquer perguntas”.

Em resposta a uma pergunta minha, Francisco Sanchez esclareceu que, por força da portaria que disciplinou a formação de **joint-ventures** na área de telecomunicações, o Brasilinvest assumiu o controle da NEC do Brasil, com 51% das ações votantes, as quais representavam 17% do capital total da empresa.

**Brandão Monteiro** – Poderia V. Excia. informar-nos sobre a política do grupo japonês no Brasil, à época em que o senhor foi presidente da NEC do Brasil, com relação à remessa de lucros?

**Francisco Sanchez** – A política, à época, era a de capitalizar ao máximo a NEC, e prepará-la para o futuro.

**Brandão Monteiro** – V. Excia. tinha conhecimento de que os produtos importados da matriz japonesa pela NEC do Brasil eram

superfaturados?

**Francisco Sanchez** – Não, não tinha conhecimento.

**Brandão Monteiro** – V. Excia. pode afirmar que não eram superfaturados?

**Francisco Sanchez** – Não, não posso afirmar. Não tenho conhecimento.

**Brandão Monteiro** – Mas V. Excia. era o presidente da NEC.

**Francisco Sanchez** – Sim, mas não conhecia os preços da NEC do Japão. Conhecia, à época, os preços da NEC do Japão praticados com a NEC brasileira.

Francisco Sanchez também esclareceu, em seu depoimento, que a maior parte dos equipamentos produzidos pela NEC do Brasil destinava-se ao grupo Telebrás. “Uma eventual suspensão de encomendas pelo governo certamente causaria sérios problemas à empresa”, admitiu ele.

### **Rômulo Villar Furtado**

**Brandão Monteiro** – V. Excia. tem conhecimento de que o ministro Antonio Carlos Magalhães foi à televisão e declarou que o Ministério das Comunicações não pagaria mais as faturas da NEC, nem adquiriria mais equipamentos, se o grupo Brasilinvest continuasse à frente do negócio, porque era inidôneo?

**Rômulo Villar Furtado** – O ministro Antonio Carlos Magalhães, efetivamente, por

orientação recebida do Ministério da Fazenda, determinou a suspensão temporária dos pagamentos à NEC do Brasil, tendo em vista garantir ou acautelar interesses do setor, já que aquela sociedade, naquele momento, se apresentava numa situação de conflito. Por conseguinte, qualquer pagamento que fosse feito durante um determinado período de tempo, sem as avaliações que precisavam ser feitas, poderiam ser mal conduzidas ou mal utilizadas.

**Brandão Monteiro** – V. Excia. pode informar de quando a quando, o período em que foram suspensos os pagamentos e quando eles foram reativados?

**Rômulo Villar Furtado** – Deputado, não tenho precisamente esse período de tempo. A impressão, a lembrança que tenho é de que isso deve ter durado em torno de sessenta dias, no máximo noventa dias, período no qual a Telebrás, por instrução do ministro Antonio Carlos Magalhães, garantiu recursos suficientes para a folha de pagamento da empresa.

**Brandão Monteiro** – Dr. Rômulo Furtado, eu gostaria de ler um telex para informar a V. Excia. de que realmente está equivocado, ou foi acometido, digamos, de esquecimento. Retomemos o fio da meada. A liquidação extrajudicial do grupo Brasilinvest que, na verdade, nada tem a ver com a BIT, ocorreu no dia 16 de março de 1985, um dia depois da posse do presidente Sarney. A suspensão dos pagamentos ocorreu no segundo semestre de

1986. Já em 6 de novembro de 1985, V. Excia. enviou telex ao dr. Almir Vieira Dias, então presidente da Telebrás, nos seguintes termos: “Tendo em vista dúvidas suscitadas em relação à situação da NEC e continuidade de sua participação no mercado por ela atendido, e tendo em vista situação concordatária sócio controlador brasileiro, solicito prestar empresas sistema Telebrás informações seguintes: situação concordatária sócio controlador não impede absolutamente contratações com empresa controlada. Ainda que a concordata fosse da própria empresa, tais contratações não estariam vedadas, já que a concordata preserva a regularidade da situação operacional da empresa, precisamente para que ela possa recuperar-se”.

**Rômulo Villar Furtado** – (...) Este meu telex referenda exatamente a isenção com que tratamos esse problema, garantindo a continuidade das atividades da NEC, mesmo num período em que um dos seus acionistas estava em situação concordatária. Acho que isso em nada conflita com o que eu havia dito a V. Excia. na resposta à pergunta anterior.

**Brandão Monteiro** – Poderia V. Excia. nos informar por quê, a partir da assunção, pelo sr. Roberto Marinho, do controle acionário da NEC, imediatamente foram liberados todos os pagamentos para a NEC do Brasil?

**Rômulo Villar Furtado** – É uma informação que V. Excia. está prestando, deputado, que acredito seja verdadeira.

Entretanto, minha explicação para esse fato se situa na circunstância de que, a partir desse momento, a NEC do Brasil passou a viver uma situação regular.

**Brandão Monteiro** – A venda das ações ao sr. Roberto Marinho foi concretizada no dia 23 de dezembro de 1986, certo?

**Rômulo Villar Furtado** – Não tenho essa data precisa, deputado.

**Brandão Monteiro** – No dia 26 de dezembro do mesmo ano, o governo pagava cento e vinte milhões de cruzeiros à NEC e realizava pedido no valor de cento e trinta milhões. V. Excia. poderia explicar isso para a CPI?

**Rômulo Villar Furtado** – O sistema Telebrás é que conduz as contratações de equipamentos, é que realiza os pagamentos; portanto, não coube à secretaria, nem cabe, ainda hoje, executar contratos com quaisquer fornecedores.

**Brandão Monteiro** – V. Excia. nos informou que o ministro das Comunicações mandou suspender o pagamento baseado em informações do Ministério da Fazenda. Isso é uma forma de execução de contrato?

**Rômulo Villar Furtado** – O ministro das Comunicações determinou por orientação do Ministério da Fazenda. É uma medida administrativa da alçada do ministro das Comunicações. Ele tem a supervisão da empresa e o poder de determinar administrativamente uma

ação na empresa.

**Brandão Monteiro** – Evidentemente que também deve ter determinado o pagamento de cento e vinte milhões de cruzeiros atrasados.

**Rômulo Villar Furtado** – É uma ilação de V. Excia.

**Brandão Monteiro** – Não, não é uma ilação. Se o ministro suspendeu, deve ser ele também a autoridade que manda pagar.

**Rômulo Villar Furtado** – Muito bem, mas não tenho essa informação.

**Brandão Monteiro** – Não é uma ilação, a não ser que as informações de V. Excia. comecem a se fragilizar. São os próprios argumentos trazidos à baila por V. Excia.

**Rômulo Villar Furtado** – Não estou fazendo essa afirmação. V. Excia. tirou essa conclusão.

**Brandão Monteiro** – V. Excia. pode informar-nos se a BIT foi à liquidação extrajudicial?

**Rômulo Villar Furtado** – Não, não acredito. A BIT não foi à liquidação extrajudicial. Quem foi à liquidação extrajudicial foi o Banco Brasilinvest.

**Brandão Monteiro** – V. Excia. conhece a lei nº 6.024, da liquidação judicial e das intervenções judiciais?

**Rômulo Villar Furtado** – Não conheço em detalhes, deputado. Sou engenheiro, não sou advogado.

**Brandão Monteiro** – Mas V. Excia. esteve

dezessete anos à frente do Ministério das Comunicações. Conhece pelo menos as leis que possam afetar o seu setor.

**Rômulo Villar Furtado** – Sim, mas a liquidação extrajudicial é um evento episódico dentro do nosso setor. De forma que dificilmente poderia ter minha atenção despertada para essa legislação.

**Brandão Monteiro** – O ministro Antonio Carlos Magalhães, quando esteve na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, declarou que o Ministério não deveria pagar porque a empresa era inidônea em função da liquidação extrajudicial do Banco Brasilinvest. Na lei nº 6.024 há uma norma que até permite a liquidação por extensão. Chama-se norma tecnológica. Ela pode vir a atingir outras empresas participantes de um grupo que foi liquidado. No caso específico do Brasilinvest, isso não ocorreu. A BIT não foi à liquidação extrajudicial. Pergunto-lhe isso porque, de toda forma, ressalta serem extremamente ilegais as tomadas de posição que definem pressões para que a empresa fosse transferida para o sr. Roberto Marinho.

**Rômulo Villar Furtado** – Registro essa sua opinião, deputado.

**Brandão Monteiro** – V. Excia. não tem obrigação de responder, mas deve lembrar-se. V. Excia. sabe quando foi rompido o contrato entre a TV Globo e a TV Aratu para a transmissão da programação da TV Globo?

**Rômulo Villar Furtado** – Não tenho essa data de memória, deputado.

**Brandão Monteiro** – Mas conhece o fato?

**Rômulo Villar Furtado** – Conheço o fato.

**Brandão Monteiro** – Ele é anterior ou posterior à assunção do controle acionário da NEC pelo sr. Roberto Marinho?

**Rômulo Villar Furtado** – Não tenho esse dado também.

**Brandão Monteiro** – Não se lembra?

**Rômulo Villar Furtado** – Não.

**Brandão Monteiro** – Aliás, nesta CPI, sr. presidente, muitas pessoas não se lembram de fatos.

### Mario Garnero

Em seu depoimento à CPI, o empresário Mario Garnero afirma que, “a pretexto de não prejudicar a imagem da NEC do Brasil, empresa sólida e próspera, e de resguardá-la de uma identificação com o dono do Brasilinvest, emissários da NEC Corporation procuraram dois diretores da NEC do Brasil indicados pela BIT, e assinaram com eles um memorando de entendimento segundo o qual a direção da empresa passou a ser exercida, em caráter excepcional, pelos sócios japoneses e seus representantes. O memorando foi assinado à revelia do sócio brasileiro, mas com pleno conhecimento da Telebrás”.

Segundo ainda Mario Garnero, “depois de

abril de 1985, a NEC do Brasil passou a ser administrada, de fato, pela NEC Corporation, uma companhia japonesa. Foi a condição que os sócios estrangeiros impuseram, alegando exigência de banqueiros do Japão para não cortarem bruscamente os empréstimos à NEC do Brasil”.

Ao referir-se às pressões para que vendesse as suas ações, Mario Garnero revelou à CPI que, na primeira conversa que teve com um representante da Globo, em sua casa, em São Paulo, o executivo Miguel Pires Gonçalves, acompanhado do advogado Bulhões de Carvalho, fez claramente uma ameaça. Disse ele: “Se não assinar e vender as ações agora, o senhor não sabe exatamente o que o espera na linha do Banco Central. A extensão da liquidação será inexorável”. E eu lhe respondi: “Muito bem. Vamos esperar”.

Mais adiante, revela Mario Garnero em seu depoimento que, após a visita de Pires Gonçalves, foi procurado por um dos principais executivos da NEC Corporation, Massaru Yanagi. “Ele chegou e disse: o senhor está pronto para assinar o livro de transferência das ações? Vim aqui buscar as suas ações. Respondi-lhe então: mas como buscar minhas ações? Não estou vendendo as ações? Ele então disse: “Mas como não está vendendo as ações? O Ministério das Comunicações e a Telebrás me informaram que eu poderia passar aqui porque o senhor já tinha recebido instruções para assinar.”

E eu disse: “Meu caro, este é um país onde o direito de propriedade é mantido com aquele que o tem. Sem essa mão não há assinatura, não há transferência de ações.” O senhor Yanagi, que falava um inglês muito ruim e um espanhol pior, disse: “Estoy enojado”. Enojado? Por que o senhor está enojado?, perguntei. Ele respondeu: “Por que dei 500 mil dólares a autoridades brasileiras na Telebrás para receber o pacote e não o estou recebendo”.

Ao colocar-se à disposição da CPI para uma acareação com o japonês Massaru Yanagi, Mario Garnero lembrou ainda que esse diálogo fora travado às 10 horas da manhã, “quando o referido senhor já havia tomado duas doses duplas de uísque em minha casa”.

Ainda falando sobre as pressões que sofreu, Mario Garnero afirma que “o rolo compressor foi suficientemente vigoroso para passar por cima não apenas da Brasilinvest e de seu principal acionista, mas até do empresário Mathias Machline, líder do Grupo Sharp-SID e também um homem com grande trânsito no governo Sarney. Ele também pretendeu, ao mesmo tempo que Roberto Marinho, assumir o controle acionário da NEC do Brasil. Mas foi convencido, segundo o próprio Machline, por ‘pressões de cima, muito fortes, a desistir’. As negociações entre a Sharp-SID e a Brasilinvest foram conduzidas pelo economista Luiz Paulo Rosemberg, ex-vice-presidente do grupo. Machline chegou a agendar o pagamento pela

compra do controle acionário da NEC do Brasil, mas teve de retrair-se do negócio, literalmente, da noite para o dia. As condições da negociação foram transcritas à época em minuta que está à disposição da CPI”.

“As mesmas pressões de cima, muito fortes”, acrescentou o ex-controlador da NEC do Brasil, “também impediram, recorrendo igualmente ao recurso da ameaça, que a Brasilinvest pudesse negociar, a preço de mercado, o controle acionário da NEC do Brasil com outras empresas interessadas. Foram afastados da disputa, por exemplo, o grupo ABC, que nos procurou através do seu presidente, Luiz Garcia; o grupo Cataguazes, de Minas Gerais, do empresário Ivan Botelho, que chegou até nós apresentado pelo empresário Flávio Pécora; e a Modata, de Fernando Jardim”.

Mario Garnero pediu a incorporação aos autos da CPI de um documento elaborado pelo jornalista Jaime Sautchuk, a pedido de um grupo de parlamentares da Bahia, liderado pelo agora deputado federal Waldir Pires – à época governador da Bahia – e entregue ao então presidente José Sarney. Para Mario Garnero, “esta transcrição, torna-se, a meu ver, historicamente importante, para que fique claro aos membros desta CPI que o próprio presidente da República tinha conhecimento desses fatos que o documento classifica de 'escabrosos' e nada fez para coibí-los”.

## Samsão Woiler

O depoimento do empresário Samsão Woiler serviu para que ele revelasse à CPI do “caso NEC” que, da mesma maneira que Mario Garnero, também sofreu pressões do Ministério das Comunicações para que vendesse o controle acionário da Standard Electric ao grupo Reserva. “Diante do que vivi”, disse textualmente Samsão Woiler, “não tenho dúvidas sobre o envolvimento do Ministério das Comunicações, e do ministro, na transferência do controle acionário da NEC do Brasil, para o empresário Roberto Marinho”.

A princípio, segundo o ex-proprietário da Standard, o grupo Reserva pensava apenas em ajudar a capitalizar a sua empresa, que passava por dificuldades, e o banqueiro Amadeo Papa foi comunicar essa decisão ao ministro Antonio Carlos Magalhães. Mas ouviu dele a resposta dura: “Não, você não vai ajudá-lo (a Samsão Woiler). Não o quero lá (na Standard). E, se você insistir em ajudá-lo, vai perder seu dinheiro”.

Samsão Woiler também afirmou, perante a CPI, ter tomado conhecimento de um telefonema do ex-presidente Sarney para o empresário Mathias Machline, seu amigo, aconselhando-o a desistir da compra do controle acionário da NEC do Brasil das mãos de Mario Garnero, um negócio que, segundo ouviu dizer, estava quase fechado.

## Almir Vieira Dias

Em seu depoimento, Almir Vieira Dias, ex-presidente da Telebrás, confirmou que, de fato, o governo, através do Ministério das Comunicações, havia decidido, em 1986, não mais realizar novos contratos com a NEC do Brasil, enquanto a empresa estivesse sob o controle do empresário Mario Garnero. Em razão dos problemas enfrentados pelo grupo Brasilinvest, o governo considerara “altamente preocupante para o ministro (Antonio Carlos Magalhães), se algum problema ocorresse na empresa ao longo da realização de seus contratos”.

Almir Vieira Dias também informou, em resposta a uma pergunta minha, que a suspensão dos pagamentos à NEC do Brasil foram determinados diretamente pelo ministro Antonio Carlos Magalhães, e não por orientação do Ministério da Fazenda, como dissera, em seu depoimento, o ex-secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Villar Furtado. O que pode ter havido, segundo Almir Vieira Dias, foi uma consulta a outros ministérios.

O deputado José Genoino (PT-SP) perguntou ao depoente se a Telebrás vinha fiscalizando a portaria do Ministério das Comunicações que exige dos japoneses a nacionalização gradativa da tecnologia utilizada pela NEC do Brasil. Almir Vieira Dias respondeu que sim. O deputado José Genoino lembrou então que a

resposta contradizia documento, já anexado à CPI, demonstrando que, na verdade, os japoneses burlavam a portaria ministerial.

### Arnaldo Alencar Lima

Os principais trechos do depoimento de Arnaldo Alencar Lima, ex-diretor administrativo e financeiro da NEC do Brasil:

“Em meados de 1985, a NEC do Brasil representava um extraordinário negócio, talvez o maior potencial de lucros e expansão em toda a área de telecomunicações. O seu plano quinquenal, para o período 85/89, previa investimentos de 32 milhões de dólares, com um pico de 14 milhões em 1986, sem contar a eventualidade de novos produtos. E não havia dúvidas, nem aqui nem no Japão, de que esses investimentos poderiam ser cobertos pelos próprios resultados da NEC do Brasil.

“Não foi de admirar, assim, que logo após à concordata preventiva da controladora da NEC do Brasil, a Brasilinvest Informática e Telecomunicações, requerida em 25 de março de 1985 para neutralizar efeitos da liquidação extrajudicial do Banco Brasilinvest de Investimentos, que se registrasse um interesse tão grande de grupos empresariais brasileiros pela aquisição do controle da indústria. A NEC já ultrapassara os anos de risco acentuado e incertezas quanto à definição do mercado, conquistara uma sólida posição entre as três

únicas produtoras das CPAs e acabara de emergir como a fulgurante estrela do mundo da informática e comunicação. As supostas dificuldades do controlador brasileiro, sinalizadas por uma rumorosa liquidação bancária e pela concordata preventiva, aliadas à hipótese de que as normas legais exigiriam sempre um controlador brasileiro, animaram de imediato vários grupos nacionais predispostos a bons negócios, dentro e fora do ramo de telecomunicações.

“Devo mencionar que havia, àquela época, muitas idéias distorcidas e equivocadas em torno dos reais problemas do grupo Brasilinvest. A liquidação do Banco Brasilinvest se fizera com deliberado estardalhaço, envolvendo nomes de empresários prestigiosos e de grandes corporações brasileiras e estrangeiras, com a divulgação de muitas cifras e fatos fantasiosos. Entretanto, como se veria depois, a liquidação do banco foi levantada dentro do mesmo governo que a decretou, quitando-se inteiramente seus relativamente poucos credores sem qualquer recurso oficial, o que definitivamente comprovou o engano e o exagero das versões dominantes. Mas naqueles meses de turbulência poucos se davam conta da solidez do patrimônio da BIT, e muito menos do fato de que sua concordata era realmente e apenas preventiva.

“(...) A partir de maio de 1985, tornaram-se constantes as pressões internas da NEC

Corporation no sentido de uma mudança no controle acionário da NEC do Brasil. Essas pressões se traduziam, basicamente, em repetidos convites dos representantes japoneses aos sócios brasileiros para discutir a negociação do controle; em freqüentes interpelações sobre a concordata da BIT; e em tentativas de concentrar a gestão da NEC do Brasil em mãos dos representantes japoneses na diretoria. Tratavam-se de movimentos internos da NEC, expressando a evidente intenção japonesa de se livrar de um parceiro brasileiro que se tornara indesejável. Concretamente, a empresa não sofrera qualquer abalo no mercado. A concordata da BIT não produziu, nos meses subseqüentes, qualquer efeito mensurável sobre as atividades produtivas e comerciais da NEC. E isto quem verificou não foi o Brasilinvest nem a diretoria da NEC, mas a insuspeita empresa de auditoria independente Price Waterhouse, encarregada de analisar as demonstrações contábeis e financeiras da empresa.”

“(...) Apesar da solidez do empreendimento e da firmeza do mercado, as pressões do grupo japonês para mudança de controle acionário se intensificaram. As consultas informais de grupos brasileiros interessados nesse controle se multiplicavam, mas os representantes japoneses não pareciam especialmente interessados em aprofundar as negociações com tais grupos. Concentravam, antes, seus esforços em negociar diretamente com o titular do grupo Brasilinvest,

sr. Mario Garnero, propostas de aquisição das ações votantes da NEC do Brasil. Os diretores desta empresa foram verbalmente informados, a uma certa altura, de que a NEC Corporation pretendia adquirir as ações da BIT e, durante algum tempo, com autorização do governo, exercer o controle integral da NEC do Brasil, até a escolha de um sócio brasileiro adequado.

“Ficou evidente, então, que os representantes japoneses dirigiam seus esforços também à área governamental, mais especificamente ao Ministério das Comunicações e à empresa **holding** Telebrás, presidida pelo sr. Almir Vieira Dias. A assunção do controle acionário da NEC do Brasil por uma empresa estrangeira era algo impensável, à luz da política governamental de telecomunicações e de suas normas expressas, qualquer que fosse o artifício imaginado. Além disso, o governo sempre procurara demonstrar isenção quanto aos problemas internos das empresas privadas do setor, não interferindo senão para preservar aquela política e aquelas normas, sendo difícil figurar um motivo para o abandono dessa postura no caso da NEC do Brasil. Entretanto, tomei conhecimento, em fins de 85, de um telex transmitido pelo sr. Rômulo Furtado, secretário-geral do Ministério das Comunicações, aos presidentes da Telebrás e da Embratel, contendo dois parágrafos claríssimos, mas rigorosamente incompatíveis entre si.

“Dizia o primeiro parágrafo, textualmente: ‘A

situação concordatária do sócio controlador não impede absolutamente contratações com a empresa controlada. Ainda que a concordata fosse da própria empresa, tais contratações não estariam vedadas, já que a concordata preserva regularidade situação operacional da empresa, precisamente para que ela possa recuperar-se. Este não é, entretanto, o caso NEC, que está em situação econômica-financeira regular.’

“Mas o segundo parágrafo anunciava: ‘Este Ministério está apoiando esforços da NEC na re aquisição das ações em poder BIT e subsequente transferência à sólida empresa brasileira. No intervalo entre as duas operações, as ações ficarão em custódia da NEC com autorização deste Ministério e também neste período não ficará afetada a participação da NEC no mercado de telecomunicações.’

“Essa mensagem informa, por um lado, que a NEC do Brasil está em situação econômico-financeira regular e que, do ponto de vista do governo, não há quaisquer razões que impeçam contratações com a empresa; comunica, por outro lado e apesar disso tudo, que o governo está apoiando o empenho de um sócio estrangeiro para adquirir o controle de uma empresa saudável e mantê-lo durante tempo indeterminado, ao arrepio de normas fundamentais da política brasileira de telecomunicações.

“Essa foi, para mim, a primeira evidência concreta de que os representantes japoneses

começavam a ter êxito em suas tentativas de envolvimento das autoridades governamentais na questão do controle acionário da NEC, até então circunscrita ao âmbito dos interesses privados e, mais exatamente, às conversações diretas entre os acionistas Brasilinvest e NEC Corporation. Confirmava-se, assim, o endosso oficial à estratégia nipônica, agora nítida e até pública, que visava à aquisição direta do controle da NEC do Brasil, negociando comodamente com um parceiro nacional que considerava frágil e encurralado. O grupo japonês, sem qualquer turbulência financeira à vista, poderia fazer um bom negócio comprando, a preço de liquidação, as ações votantes do parceiro em desgraça. Poderia, depois, fazer outro excelente negócio, cedendo essas ações da robusta NEC do Brasil a um novo parceiro e continuando a colher, no meio tempo, os frutos das vendas mais do que asseguradas de equipamentos às estatais brasileiras. E tudo isso com o apoio, previamente antecipado, das autoridades governamentais brasileiras.

“É esse, a meu ver, o aspecto mais singular dos acontecimentos relatados: a interveniência súbita, pesada e absolutamente injustificável de órgãos e autoridades de governo em questões eminentemente empresariais, talvez até judiciárias, que lhes competia acompanhar ou fiscalizar, mas sem coadjuvar ou apoiar qualquer dos interesses particulares envolvidos. Nas negociações BIT-NEC Corporation, o Ministério

das Comunicações pressurosamente acolheu o interesse japonês, ao qual deu expresso apoio, sem nenhuma necessidade aparente, até mesmo para atropelar as normas da política brasileira de telecomunicações.”

“(…) A ação combinada do eixo governo-NEC Corporation produziu efeitos financeiros devastadores. As vendas ao setor público, representando mais de 70% do faturamento da empresa, praticamente cessaram. As vendas ao setor privado, que deveriam beneficiar-se de uma demanda excepcionalmente alta do mercado, não caíram propriamente, mas deixaram de crescer na medida esperada. Com despesas constantes e até crescentes, pois se tratava de produção contratada com rígidos prazos de entrega, o fluxo de caixa projetava um breve colapso. As empresas do sistema Telebrás deviam à NEC, naquela altura, cerca de 40 milhões de cruzados, algo perto de uns 180 milhões de cruzeiros de hoje. Nos meses seguintes, o débito chegaria a cem milhões de cruzados ou o equivalente hoje a mais de 400 milhões de cruzeiros. Por outro lado, tínhamos uma folha de pagamento de empregados que, mensalmente, com encargos sociais, beirava os 30 milhões de cruzados. As despesas alfandegárias, correspondendo a um pico elevado de importações em nosso programa de expansão, exigiam uma média superior a 60 milhões de cruzados mensais.

“Não vou me deter aqui no relato de todas as

medidas de emergência a que fomos obrigados a recorrer, para escapar à insolvência, incluindo repactuações de débitos com fornecedores, cortes de compras, gerenciamento crítico dos estoques, descontos de duplicatas em prazo curto e juro alto e muitas outras. Cabe-me ressaltar, entretanto, que não sacrificamos um só empregado nesse período de decorrência da asfixia promovida pelo governo e pela NEC Corporation. Preservamos integralmente o patrimônio humano superior a 2.500 empregados de alta qualificação e eles se portaram com extrema lealdade, rejeitando, inclusive, uma idéia de paralisação e férias coletivas proposta por um representante japonês. Os fornecedores do setor privado, em contraste com as autoridades públicas, tiveram um comportamento extraordinariamente positivo. A grande maioria manteve os fornecimentos e aceitou a negociação de prazos de pagamento, apesar de o mercado estar muito aquecido na ocasião.

“(...) No último trimestre de 1986, a NEC estava exangue. O Ministério das Comunicações mantinha implacavelmente o veto aos pagamentos, e a NEC Corporation continuava investindo em seu boicote à associada brasileira. O eixo governo-NEC Corporation mostrava dureza de aço. (...). Logo após o Natal, 26 de dezembro, a Brasilinvest Informática e Telecomunicações cedeu o controle da NEC aos japoneses, que o repassaram ao grupo Roberto Marinho.”



A CPI reunida, vendo-se ao centro os deputados Brandão Monteiro e José Genoino (PT-S)

**“ UMA NOVA CPI DO “CASO NEC” ACABA DE SER APROVADA PELA CÂMARA FEDERAL. A INICIATIVA É, NOVAMENTE, DE UM DEPUTADO DO PDT, E TAMBÉM DO RIO DE JANEIRO - PAULO RAMOS. A HISTÓRIA SE REPETE: AS MESMAS PRESSÕES, E OS MESMOS AGENTES-POLÍTICOS LIGADOS AO EX-MINISTRO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES E SOLERTES ENVIADOS DA GLOBO. TAMBÉM AGORA, MUITOS DEPUTADOS QUE HAVIAM CONCORDADO EM ASSINAR O REQUERIMENTO NA ÚLTIMA HORA RETIRARAM AS ASSINATURAS!**

## **6.**

### **Nova CPI, segundo tempo.**

Uma nova CPI do “caso NEC” acaba de ser aprovada pela Câmara Federal. A iniciativa é, novamente, de um deputado do PDT, e também do Rio de Janeiro – Paulo Ramos. A história se repete: as mesmas pressões, e os mesmos agentes – políticos ligados ao ex-ministro Antonio Carlos Magalhães e solertes enviados da Globo. Também agora, muitos deputados que haviam concordado em assinar o requerimento de Paulo Ramos retiraram, na última hora, suas assinaturas. A primeira CPI, por mim requerida, foi aprovada com 163 assinaturas. Agora, o número chegou a 270, mas cerca de 80 deputados acabaram pedindo para retirar seus nomes do documento antes que a Mesa da Câmara autorizasse a sua publicação.

As razões que levaram o PDT a reabrir a CPI do caso NEC são muitas, mas a principal delas é que a primeira não pôde concluir seu trabalho. Na justificação de seu requerimento, publicado em 27 de junho de 1991, o deputado Paulo Ramos coloca esse fato em destaque: “(...) A CPI da NEC não encerrou seus trabalhos, foi forçada a encerrá-los, por não conseguir uma prorrogação, solicitada por diversas vezes, e em tempo hábil. (...) Os principais envolvidos no caso NEC não foram inquiridos. Esta Casa tem o dever moral de continuar investigando os fatos, uma vez que a Nação brasileira já não aguenta mais ver seus

dirigentes praticando atos de corrupção e de falta de zelo para com a coisa pública”.

A íntegra do requerimento do deputado Paulo Ramos está no próximo capítulo desta história inacabada.

**7.**

## **O requerimento de Paulo Ramos**

“ Senhor Presidente:

Com fundamento no § 3º do Artigo 58 da Constituição Federal e nos termos do Artigo 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades na cessão do controle acionário da empresa NEC do Brasil S/A para a **holding** de propriedade do senhor Roberto Marinho, o envolvimento e a ação do Ministério das Comunicações, das empresas do Grupo Telebrás e da NEC Corporation do Japão na referida cessão.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Consumou-se, ao final de 1986, a venda do controle acionário da NEC do Brasil, uma das maiores chantagens da nossa história empresarial. Os reduzidos números da transação, o clima de coação, o novo quadro acionário, a predominância dos japoneses na nova administração, as funções dos representantes da Globo. Tudo em paz: o Governo paga tudo o que deve e faz chover encomendas na NEC.

Em face das denúncias que indicavam o envolvimento de autoridades federais – ministro das Comunicações e presidente da empresa



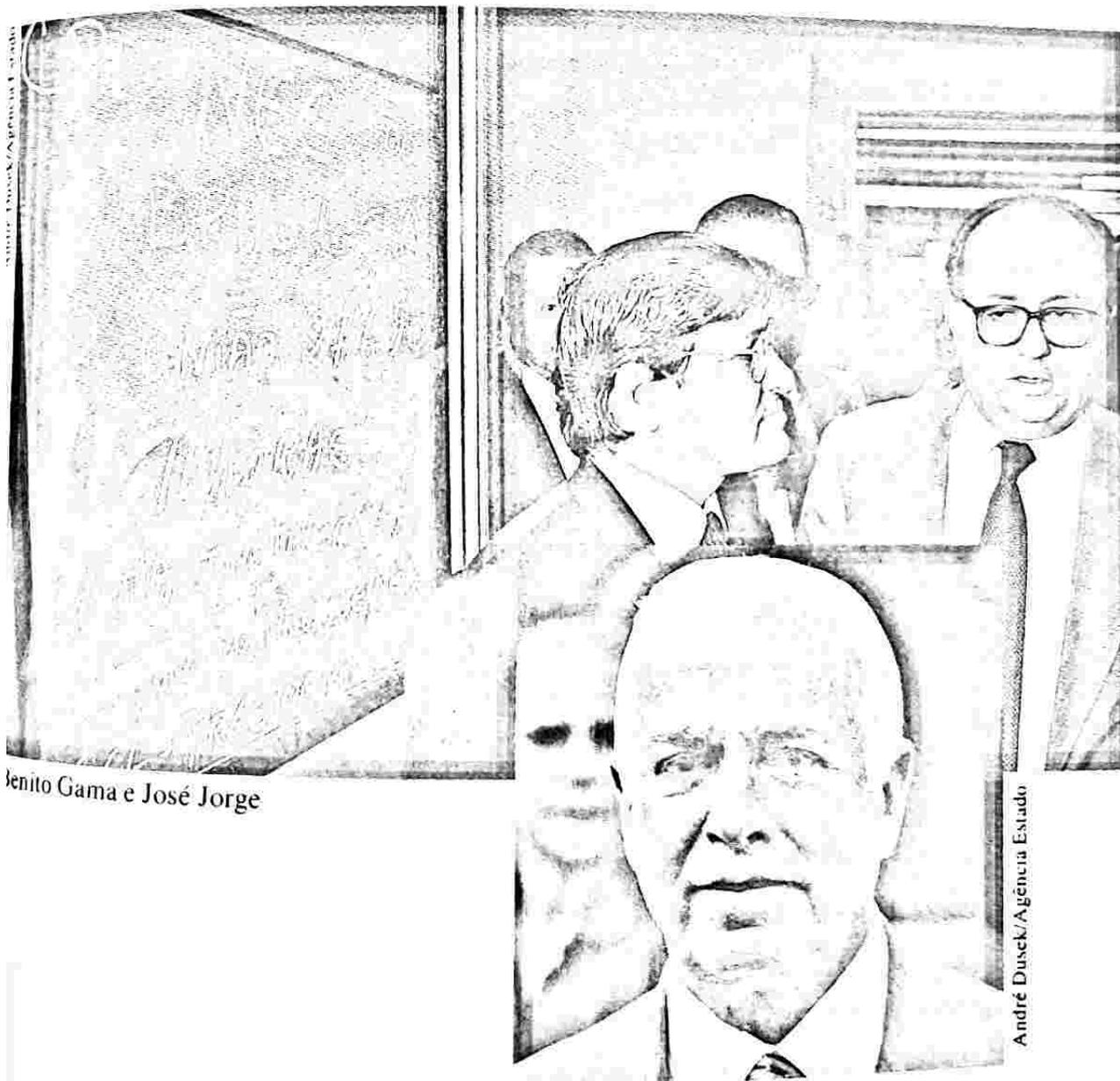
Almir Vieira Dias



Rômulo Furtado

**“ O RELATÓRIO FINAL DA CPI, APROVADO PELA MAIORIA DE SEUS MEMBROS, ACUSA O EMPRESÁRIO ROBERTO MARINHO E MIGUEL PIRES GONÇALVES, EXECUTIVO DAS ORGANIZAÇÕES GLOBO, DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. O EX-MINISTRO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES APARECE COMO O MANDANTE DE TODAS AS IRREGULARIDADES. ALMIR VIEIRA DIAS E RÔMULO FURTADO SÃO ACUSADOS DE CORRUPÇÃO ”.**

“ O PFL, PARTIDO SABIDAMENTE  
DOMINADO PELO EX-MINISTRO  
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, FICOU  
COM OS PRINCIPAIS CARGOS DA CPI.  
A PRESIDÊNCIA, DE VITAL  
IMPORTÂNCIA PARA A CONDUÇÃO DOS  
TRABALHOS, COUBE AO DEPUTADO  
PERNAMBUCANO JOSÉ JORGE.  
A VICE-PRESIDÊNCIA AO BAIANO  
BENITO GAMA, HOMEM DE ABSOLUTA  
CONFIANÇA DO EX-MINISTRO,  
SEU EX-SECRETÁRIO NO GOVERNO  
DO ESTADO DA BAHIA ”.



Benito Gama e José Jorge

Antônio Carlos Magalhães

André Dusek/Agência Estado

pública (Telebrás) – numa operação de estrangulamento da empresa privada, com o claro objetivo de forçar a venda de seu controle acionário a grupo e ou firmas simpáticas ao governo, o deputado Brandão Monteiro decidiu requerer uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar, em toda a sua amplitude, os fatos.

O requerimento, com 163 assinaturas, foi encaminhado à mesa em 8 de julho de 1987, tendo sido publicado em 26/06/1987, recebendo o nº 04/87

A partir da formalização da CPI, avolumaram-se as pressões para impedir sua efetiva instalação, que afinal só ocorreu no dia 26/06/1990, no último semestre da Legislatura passada, em plena campanha eleitoral, com o claro objetivo de esvaziar a CPI e dificultar seus trabalhos.

Os prejuízos causados à NEC pelo governo e pelos japoneses, as perspectivas de concordata e falência, a preocupação com as folhas de pagamento da NEC, a perplexidade de alguns funcionários públicos, autoridades e deputados, o temor do Ministério, as reações sindicais, as doses de dinheiro público ministradas pelos japoneses, as propostas da Telebrás com verdadeira mão-de-gato ao Brasilinvest e a inesperada e tenaz resistência de Mário Garnero e dos administradores brasileiros da NEC, nos induz à seguinte conclusão: o controle e a Bolsa... ou a vida, num verdadeiro faroeste,

tendo como pano de fundo a alta roda, freqüentada pelos “famosos” colarinhos-brancos desta “amada” República.

No limite da resistência, a última opção: negociar com outros grupos interessados, grupos com propostas firmes e sérias. O patrulhamento do Ministério das Comunicações, bem como a desistência “espontânea” da Sharp, Modata e da Cataguases foi a fórmula japonesa do controle provisório, com anuência do Ministério das Comunicações, mas ao arrepio da lei. A ofensiva final vem da Globo, consuma-se o objetivo principal da trama: Garnerio fica na sociedade e no conselho, e o ministro Antônio Carlos Magalhães não se importa. Qual fora mesmo o objetivo proposto do ministro?

Os japoneses assumem o comando administrativo e o Governo fecha os olhos à lei, ao mesmo tempo em que a Globo faz o que os japoneses queriam.

Aí, sim, vem à tona o escândalo da TV Aratu, com o ministro Antônio Carlos Magalhães à frente, coadjuvado pela Globo. Troca de favores? Ou será aquela famosa “frase”: É dando que se recebe?

A CPI da NEC não encerrou seus trabalhos, foi forçada a encerrá-los por não conseguir uma prorrogação, solicitada por diversas vezes, e em tempo hábil, diga-se de passagem, bastante tumultuada e num ano de eleição para governo de Estado, deputados federais e estaduais e

Senadores, um verdadeiro descaso para com um assunto de tamanha relevância

Os principais envolvidos no caso NEC não foram inquiridos. Esta Casa tem o dever moral de continuar investigando os fatos, uma vez que, a Nação brasileira já não agüenta mais ver seus dirigentes praticando atos de corrupção e de falta de zelo para com a coisa pública, e principalmente o descaso (público e notório) dos poderes Legislativo e Judiciário em não fiscalizar e punir os responsáveis na forma do § 3º do Artigo 58 da Constituição Federal.

SALA DE SESSÕES, 27/6/91”  
Deputado Paulo Ramos

8.

## **Anexo: relato de Mario Garnero**

Em seu livro **Jogo Duro**, que se encontra na terceira edição (Editora Best Seller/1988), o empresário Mario Garnero dedica um capítulo inteiro, o 19, ao caso NEC, sob o título “Os Japoneses – e a Globo – Atrás de Mim”. Seu relato:

“Toda vez que o governo lhe oferecer um ótimo negócio, desconfie. Além de desconfiar, arranje um jeito de sair correndo.

Se eu tivesse de escolher um único conselho a dar a meus colegas empresários, seria esse aí. Digo com conhecimento de causa. Pois os **ótimos** negócios ficam – em geral, queimando sua mão e seu dinheiro – e os governos passam. As firmes intenções de um governo costumam ter, como dizia Shakespeare, a glória incerta de um dia de abril.

Tive mais de um abril incerto – para dizer o mínimo. O primeiro começa a se desenhar no final do governo Geisel, em 1978, quando vira urgência urgentíssima, prioridade um, a expansão das telecomunicações e dos serviços de telefonia no Brasil. O ministro das Comunicações é o coronel Euclides Quandt de Oliveira. O setor estava ocupado, até então, basicamente por multinacionais: a americana ITT, a alemã Siemens, a sueca Ericsson etc. Elas trabalhavam segundo seus interesses, no

balanço maneiroso do mercado. Mas o governo queria o setor trabalhando a mil por hora.

A solução proposta: juntar a tecnologia de fora a um investimento mais pesado comandado por grupos de dentro. A clássica solução das **joint-ventures**. O governo, ansioso, incentivava no que era preciso.

Nós, do Brasilinvest, nos apresentamos para arquitetar as associações entre o capital nacional e as empresas estrangeiras. Era uma de nossas especialidades de **merchant bank**. A Ericsson já se aproximara do grupo Monteiro Aranha e da Atlântica Boavista. O grupo Hering, de Blumenau, namorava a Siemens. Nós entramos com um projeto de nacionalização da ITT – dona da Standard Electric – pelo qual assumiria o controle do capital votante o Grupo Pereira Lopes, de São Carlos, que teve origem no interior de São Paulo e detinha sólida posição no mercado financeiro da capital. Nós ficaríamos, a título de comissão, com cinco por cento do capital.

E assim se fez. Mas os humores da ITT estavam muito mais para **bye-bye Brazil** do que para empreendimentos conjuntos – pelo menos em língua portuguesa. A Standard Electric e sua fábrica em Vicente de Carvalho, na Baixada Santista, se atolavam num mar de dívidas e os norte-americanos agiam como se não tivessem nada a ver com a história. Nós, os sócios brasileiros, nos inquietamos. Pois, além da dívida financeira, corríamos o risco de

ampliar a dívida social: a fábrica empregava 4.600 funcionários.

Fecha, não fecha. O pessoal do Pereira Lopes apreensivo. Eu assumo o controle e mando um bilhete desaforado ao **chairman** da ITT, em Nova York. Três linhas: “ Se vocês não assumirem seus deveres aqui, imediatamente, nós iremos liquidar tudo...” Dei um prazo de 48 horas para uma resposta ao meu ultimato.

Respondeu, pessoalmente, de forma fulminante, o **chairman**, Rand Araskog, que ainda é o maioral da empresa nos Estados Unidos: enviou às pressas seu vice para a América Latina. Chamava-se Zavaleta. Chegou a minha sala ainda perplexo com o meu desafio:

– **Pero, señor, uno, dos, tres, uno telex e se cierra todo.**

– **No se cierra nada** – ameacei.

Deixei claro: íamos todos, ITT incluída, para a liquidação. O sr. Zavaleta não acreditava:

– Nunca vi isso na minha vida.

A ITT, de quem se dizia ser dada a derrubar presidentes latino-americanos, quase foi desestabilizada por um torpedo brasileiro.

O enviado norte-americano sentou-se comigo para conversar. Mas não havia negociação possível, àquela altura. A Standard Electric estava na bancarrota. Tinha uma tecnologia razoável, em comparação à de uma Ericsson, por exemplo. Tinha uma unidade fabril em boas condições. Tinha equipamentos. Poderia ter até contratos. Mas o endividamento a comeria pelo

pé. Zavaleta: “Fechamos”. Eu: “Fechamos”?

Resolvi consultar meu amigo, o general Danilo Venturini, à época secretário do Conselho de Segurança Nacional. Má idéia: Venturini apela para a questão social, fala do programa de expansão das telecomunicações, insiste para que a empresa não feche. Mas como fazer, se a ITT, de fato, se retirava?

Para o governo, era simples: o Brasilinvest assumiria. Até que se arrumasse um novo sócio estrangeiro.

O Brasilinvest assumiu a Standard Electric, um compromisso político nefasto e uma dívida de US\$ 75 milhões – que conseguimos fazer baixar para 25 milhões, ao final de três anos, mas que eram suficientes para causar abalos numa empresa ainda muito jovem, como a nossa.

Jovem mas não tão ingênua a ponto de não perceber que estava se metendo numa enrascada. Minha idéia era providenciar, de cara, o sócio estrangeiro, antes mesmo que o abacaxi estivesse pousado sobre minha mesa de trabalho. Definimos três alvos: a Philips holandesa, a NEC japonesa e a Thompson francesa. E sairíamos do negócio.

Felizmente, foi rápido: a Philips estava de olho no promissor mercado brasileiro, nós estávamos de olho na Philips.

Uma segunda-feira de setembro de 1981 ia servir de data para a assinatura da escritura. O cenário seria Nova York. Íamos, de manhã, ao

salão de reuniões do board da ITT, no prédio da Park Avenue, assinaríamos a transferência das ações, da empresa para o Brasilinvest, e passaríamos às mãos de Mister Araskog o cheque no valor da transação: US\$ 1. Isso mesmo: um dólar. Pagamos um dólar para assumir uma dívida de US\$ 75 milhões. Em seguida, às duas da tarde, iríamos solenemente passar aos holandeses da Philips o que acabávamos de receber: 49% das ações e da dívida. Eles nos pagariam de volta US\$ 14 milhões injetados na Standard Electric S.A. Os mármores e veludos do Hotel Regency de Nova York já devem ter visto situações semelhantes.

Na noite de domingo, confraternizamos-nos festivamente com os diretores da Philips. Jantamos e bebemos juntos no Russian Tea Room. Bill Simon, ex-secretário do Tesouro dos EUA e presidente do Conselho do Brasilinvest, me acompanhava e participava da assinatura. Eu me sentia especialmente aliviado em me livrar de um débito de milhões de dólares. Fui dormir santamente.

Às cinco da manhã, sou despertado por um telefonema de Tóquio. Um homem que se identificou como Suzuki, dizendo-se diretor da NEC, e que manejava um inglês alquebrado, me acorda para dizer que a NEC estava em contato com o governo brasileiro e o governo brasileiro tinha dado prioridade à NEC para a compra das ações da ITT.

Tive ímpetos de virar para o canto e continuar

a dormir, mas o japonês, do outro lado da linha, para quem a hora era de falar e não de dormir, continuou uma conversa interminável: alegando que a NEC tinha tecnologia mais avançada do que a Philips para o desenvolvimento das centrais de telefonia do tipo CPAs e passando a uma minuciosa descrição por assim dizer industrial da questão.

– Queremos lhe fazer uma oferta – foi ao ponto. – O senhor assume o controle da NEC do Brasil, para podermos fazer juntos a operação. Tive que desistir de dormir:

– As coisas estão muito avançadas, aqui. É impossível – respondi.

– Não, não – reiterou ele. – O senhor não pode fechar nada até a chegada do doutor Rômulo.

O dr. Rômulo Furtado é o nome-chave dos negócios das telecomunicações do Brasil. O japonês tinha mencionado a senha correta. Na época, Rômulo era secretário-geral do Ministério das Comunicações e estava sendo esperado, naquela manhã de segunda-feira, em Nova York, para presidir, em nome do governo brasileiro, a assinatura do acordo entre a ITT, o Brasilinvest e a Philips.

Chegou, de fato, de manhã e já me encontrou de pé, razoavelmente aflito. Nem teve tempo de me cumprimentar:

– Mario, trago uma decisão do governo. Tem de ser os japoneses.

Às 2 horas da tarde, houve a solenidade no

Hotel Regency. Estava selado o acordo entre a ITT, o Brasilinvest e.. a NEC. E o homem que, alegando razões de governo, apadrinhou minha união com os japoneses seria, anos mais tarde, um dos homens que, alegando razões de governo, me levou a romper com eles. Ouvi, de pessoas da própria Globo, que fora o Rômulo Furtado quem despertara o interesse do Roberto Marinho, propondo-lhe, por meio do advogado Jorge Serpa, um negócio magnífico. Teria sido num almoço em Brasília, após uma consulta dentária, que Rômulo afirmara a Serpa que o negócio podia ser feito de graça. O prejuízo, mais uma vez, seria, naturalmente, meu.

## **Tora! Tora! Tora!**

Ter um sócio japonês como a NEC é uma experiência estimulante para quem quer ter emoções fortes. Eu gosto de emoções fortes, mas convenhamos que, às vezes, é demais. Na manhã daquela segunda-feira em que o secretário-geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Furtado, tentava explicar aos holandeses da Philips a desfeita que nós acabávamos de lhes fazer, recebi no meu hotel de Nova York um telex de um metro e meio de comprimento, contendo as doces promessas dos japoneses da NEC Corporation com vistas ao casamento a se celebrar conosco da Standard Electric e do Brasilinvest. No papel de noivado, muitas palavras eram usadas. No

cotidiano nupcial, eles só iriam precisar de três: **tora! tora! tora!**

A estratégia da NEC japonesa, em relação ao seu sócio brasileiro, sempre foi a do aniquilamento total, usando como biombo um cerimonial de cortesias meticulosas, medidas forçadas e sorrisos agradáveis. Com certos japoneses, jamais se fie nos gestos: vá conferir, obrigatoriamente, os documentos – e não se esqueça, por acaso, também do livro de caixa.

Em princípio, o esquema articulado pelo governo no setor das telecomunicações teve tanta inteligência quanto o posterior esquema para a informática teve de burrice. A informática fechou as barreiras para o capital estrangeiro, obrigando as empresas nacionais a se desdobrarem para obter os recursos suficientes para tocar um setor de tecnologia caríssima. Não por acaso a gente vê com tristeza, hoje, a indústria nacional de informática entupida de produtos caros e superados – que, obviamente, não consegue vender. Nas telecomunicações, ao contrário, o capital estrangeiro dava impulsos, mas quem detinha o controle, no sistema de **joint-venture**, era o sócio nacional.

Pelo menos em teoria haveria de ser assim. No meu caso, quis botar em prática. Com um terço das ações da NEC do Brasil, nós, do Brasilinvest, podíamos mandar na empresa. Eu resolvi mandar. Foi como se tivesse resolvido desafiar um exército de samurais. Nossa associação com os japoneses data do fim de

1981. Até hoje brigo com eles, na NEC, na justiça, onde quer que seja.

O tal Suzuki, do telefonema noturno de Tóquio para Nova York, foi quem veio acertar comigo os últimos detalhes. Ele se chamava Tadashi Suzuki, era vice-presidente da NEC Corporation e já tinha dirigido o até então modesto escritório de representação da NEC, no Brasil, que funcionava no Rio. Veio, de certa forma, festejar. No conjunto, a Standard e os japoneses passariam a somar 42% do mercado de centrais telefônicas automatizadas que estava sendo aberto pelo governo. Como a Standard estava combalida e a NEC do Brasil é que ia, de fato, navegar por todo esse mar aberto, eu propunha que os sócios japoneses pagassem pela parte do mercado correspondente à Standard. Assim, eu poderia fazer face a pelo menos parte dos US\$ 40 milhões que o custo de manter a empresa viva tinha acumulado na minha contabilidade. Os japoneses, pragmaticamente, queriam ficar com o mercado – e a Standard que se danasse.

Da soma da sorridente teimosia dos japoneses com os nossos erros, configurou-se uma disputa silenciosa, mas obstinada, que, em certo momento, me fez até cometer a injustiça de me incompatibilizar com **sushis** e **sashimis**; e, em outro momento, a sonhar com frequência com os US\$ 14 milhões que a Philips, o sócio que poderia ter sido e que não foi, prometera verter sobre a Standard. Mas era só um sonho.

Eu queria salvar a Standard, os japoneses queriam canibalizá-la. Sucederam-se reuniões, uma a cada três meses, alternadamente, em Tóquio e São Paulo. Nesse intervalo, convidei para assumir a presidência da NEC do Brasil a Francisco Sanchez, que estava saindo do Bradesco e tinha experiência no ramo, via Digilab, uma pequena empresa de computação administrada em dobradinha pela própria NEC e pelo próprio Bradesco. Aí, o Sanchez se encarregou de cometer o erro fatal: em vez de unificar as duas fábricas, como tínhamos imaginado, tentou fortalecer as duas, como se fossem duas divisões de uma General Motors, cada uma defendendo sua própria fatia de mercado.

Os japoneses adoraram. Foi o golpe de misericórdia na Standard Electric, cujo corpo agonizante entregamos nas mãos do Samsão Woiler que, depois, o legou a Manoel Octávio Pereira Lopes, da corretora Reserva, que ainda hoje o carrega pesadamente. Nas nossas, sobrou o galpão onde funcionava a fábrica de 60 mil m<sup>2</sup>, num valor de US\$ 12 milhões, e um patrimônio imobilizado de US\$ 13 milhões em PABX, que até hoje temos para alugar. Alugar PABX não é exatamente a orientação que eu gostaria de dar a meus negócios.

Acredito, porém, que se nós não tivéssemos sido atropelados, em 1985, pela horda de Chico, o Pequeno, nosso fiasco passageiro no setor das telecomunicações poderia ter se convertido em

sucesso permanente. Já estávamos no caminho certo. Na NEC, o caminho certo era a nacionalização da empresa. Gradualmente, fomos mandando de volta para o Japão uma enorme quantidade de gerentes que recebiam salários em dólares e se comportavam como potentados orientais. Se não fossem japoneses, eu os chamaria de mandarins. Eram uns sessenta, reduzimos para vinte. No lugar deles, colocamos técnicos treinados por nós, com o mesmo nível de competência e com salários da praça – de São Paulo, bem entendido, não de Tóquio. Tudo isso significava economia. Mais do que isso, apontava para aquilo de que os senhores da NEC Corporation tinham verdadeiro pavor: o de perder o controle tecnológico da operação brasileira.

Nacionalizar a equipe; depois, nacionalizar o produto. Botei o dedo na ferida. Espirrou sangue para todos os lados. Para uma multinacional de amplo espectro como a NEC, não existia a NEC do Brasil – existia a NEC no Brasil. Uma subsidiária, destinada a proporcionar ao conjunto da companhia o que se espera dela. Eles fazem a conta lá. Digamos: no Japão a NEC tem de vender 30 por cento da produção, tem de faturar tanto em tal país do exterior, tanto em outro, mais tanto em exportações. Aí, nas exportações da NEC para a própria NEC, a preços que ela própria decreta, está o segredo do negócio. Quando eu quis reduzir a dependência tecnológica, isto é, cortar

as importações, a matriz me jurou de morte.

O que a NEC do Brasil importava? Muita coisa, inclusive aquilo que a irreverência brasileira, apropriando-se do exemplo de uma comida típica japonesa, passou a chamar de **tempura**. Importávamos o invólucro – armários, caixas, **frames** para os equipamentos de telefonia. O recheio, que era a alma dos equipamentos, nós tínhamos condições de fabricar, nós mesmos. Um dia, chamei o diretor industrial – japonês.

Na diretoria da NEC do Brasil, havia um vice brasileiro na cola de cada diretor titular japonês, e vice-versa. Dá para imaginar o clima de sedição interior e reverências exteriores que dominou a companhia, de 1982 a 1984. Eu compreendia que estava defendendo não os interesses de um grupo brasileiro – mas os interesses do próprio Brasil. Dentro do governo, porém, os japoneses já manobravam, por trás do pano, na tentativa de dissuadir pessoas muito bem situadas de que não há, na verdade, interesses nacionais – há interesses pessoais. No caso de algumas dessas pessoas, nem foi preciso gastar muita persuasão.

### **Mais esta: contrabando**

Contrabando – não bastassem todas as dores de cabeça que os japoneses me davam, tinha mais esta. Eu estava em meu escritório do Brasilinvest, posto em sossego, numa manhã de

maio de 1983, quando o Boris Casoy, diretor de redação da **Folha de S. Paulo**, me deu o alarme:— O Tuma acaba de dar uma entrevista, denunciando contrabando de peças por um grupo de empresas. A NEC está no meio.

A notícia logo estaria sendo levada pelo vento aos gabinetes mais imponentes da **City** paulistana. Denúncia da Gradiente, contrabando gordo, muita gente envolvida, Sharp, Sony, National, NEC etc..., o delegado do DOPS, Romeu Tuma, na jogada. Eu, que era sócio controlador da NEC do Brasil, não sabia de nada. Não sabia mesmo. Mas desconfiava de que alguém, na NEC, pudesse saber.

Liguei para a fábrica e pedi para falar com o sr. Shuji Aikawa, gerente-geral, homem nomeado diretamente pela NEC Corporation, do Japão. A secretária passou o recado típico de quem estava, mas fingia não estar:

– Não, infelizmente não está.

– Quero falar urgente com ele – ameacei. – Em casa, onde estiver. A senhora me dê o telefone, por favor.

Ela interrompeu para consultar alguém que tinha tudo para ser o sr. Aikawa, em pessoa:

– Olha, o senhor Aikawa está numa reunião com a IBM, em Valinhos. Não tenho o telefone.

– Tudo bem. Mas diga a ele que, se ele não estiver aqui no meu escritório, em meia hora, vou pedir ao delegado Tuma para buscá-lo em Valinhos.

Em vinte minutos, o sr. Aikawa tinha chegado

de Valinhos a meu escritório. Ao longo de uma semana, repetimos, os dois, uma exasperante cena:

– O que houve? – eu perguntava.

– Não houve nada, não sei de nada – respondia o japonês.

E repetíamos tudo de novo, centenas de vezes. Com o tempo, aliás, aconteceu um fenômeno interessante, de o sr. Aikawa ir gradualmente esquecendo o português, ou o inglês, ou qualquer língua em que pudéssemos buscar uma comunicação a dois, recolhendo-se a seu silêncio monoglota. Mas eu não ia desistir facilmente. Busquei o jornalista Emílio Matsumoto, editor de Economia da **Folha**, para assumir a área de imprensa da NEC. Mais do que isso, queria Matsumoto como meu intérprete. Só que o sr. Aikawa continuou se fazendo de desentendido, mesmo na sua língua natal.

Joguei pesado, no estilo daqueles velhos filmes policiais:

– Enquanto não esclarecer esse negócio, ninguém vai sair do país.

Divulguei uma nota – eu já exibia aquela nefasta mania de assumir a culpa de meus subordinados. E mandei apurar, de verdade. Chamei a auditoria Price Waterhouse. Convoquei um advogado da área criminal, um grande amigo que, mais tarde, iria me acompanhar em dissabores ainda maiores: Márcio Tomás Bastos. Falei com o delegado Tuma. A todos, avisei:

- O que tiver de ser pago, será pago.

Na verdade, a Receita Federal apurou que a NEC do Brasil não tinha nada o que pagar. Ela comprava de uma empresa chamada Hirimagiri do Brasil, pagava os impostos devidos, tinha as correspondentes notas a apresentar. O problema estava nessa intermediária, criada como subsidiária das companhias japonesas que importavam produtos de lá. A Hirimagiri, sim, é que tinha contas a prestar. Com sede em Manaus, coordenava uma operação triangular que passava por Miami, na tentativa de burlar o imposto de importação. As mercadorias eram desembarcadas em contêineres fechados, no aeroporto de Viracopos, e iam direto para os destinatários. Inclusive para nossa fábrica em Guarulhos.

Nós não tínhamos nenhum interesse em patrocinar o contrabando. Pagávamos os impostos que tínhamos de pagar. Nada teríamos a ganhar, a não ser o risco de um escândalo policial, como de fato aconteceu. Interessava aos japoneses – que salvavam mais uns trocados. Assim como interessava à matriz manter o nível de exportações de peças inúteis e engenhocas dispensáveis, para o Brasil, por um preço muito acima do de mercado, pois era aí, e ainda é, nas exportações com sobrepreço, que eles chegam ao nível de faturamento projetado pela matriz. A coligada basileira que fique com os badulaques e com o prejuízo.

Nos últimos três anos, a NEC do Brasil deu

um razoável prejuízo e nada leva a crer que o panorama irá mudar, este ano. Os japoneses aferraram-se, porém, à sua gestão, com mais entusiasmo do que nunca – sobretudo agora que aquele antigo sócio controlador, com seus planos de nacionalização tecnológica e de substituição de importações, foi praticamente desativado. Seria desacreditar na perspicácia empresarial dos japoneses, imaginar que eles gostam de atuar à frente de negócios deficitários. É que o negócio é deficitário para nós – isto é, para a NEC do Brasil. É altamente rendoso para eles – ou seja, a NEC do Japão. O volume dos negócios da companhia em todo o mundo, dá um pouco mais do que um Banco do Brasil – que é um dos maiores do mundo. Passa de US\$ 10 bilhões, ao ano. A América Latina entra aí, na sua devida modéstia, mas nada, nada, são US\$ 300 milhões só com as exportações que a NEC fatura, na sua matriz em Tóquio. O buraco da NEC do Brasil anda hoje na casa dos US\$ 60 milhões. Os japoneses não estão nem aí.

### **Uísque duplo para o enviado de Deus**

Os ajustes entre os japoneses da NEC e os centros de decisão de Brasília estavam selados um ano antes do problema Brasilinvest. O preço era meio milhão de dólares a título, digamos, de gorjeta.

Tenho convicção, portanto, de que, com Brasilinvest ou sem Brasilinvest, eu teria de

travar uma luta de vida e morte contra meus sócios estrangeiros – e contra seus aliados nacionais. Claro que, em março de 1985, eles puderam abrir um sorriso de orelha a orelha. Precipitaram-se. Por muito tempo eu ainda os faria sorrir amarelo.

A conspiração visava o óbvio: ceifar o poder de decisão do controlador da empresa. Animada por um tradicional vínculo com as esferas superiores da administração pública – seu primeiro dirigente, no Brasil, foi o ex-ministro Higino Corsetti, que funcionou sob Garrastazu Médici, e, no momento da associação conosco, era Hervê Pedrosa, ex-secretário-geral do Ministério das Comunicações –, a NEC sempre teve intenções de atuar no Brasil como bem entendesse. Estava tudo combinado: os japoneses tocavam o negócio, o sócio brasileiro entrava com a fachada. Combinaram com todo mundo, a começar pela Telebrás. Só que, lembrando aquela história contada a respeito do Garrincha, não combinaram com o adversário. De todo modo, eu nem aceitaria qualquer combinação.

No turbilhão do Brasilinvest, quando tive de me apurar para salvar do desastre as outras empresas, inclusive o Brasilinvest Informática e Telecomunicações, majoritário na NEC, os meus sócios japoneses acorreram com a prestativa atitude de, em meio à papelada que eu assinava, às pressas, infiltrarem uma opção de compra das minhas ações, na NEC, pelo preço de mercado.

Era mais ou menos como uma carta de renúncia.

Só que, arrefecida a temporada da caça, eu renunciei à renúncia e fui me apresentando de volta à NEC. Assumi até mesmo meu gabinete, na presidência. Tinha como escudo a decisão do juiz da concordata do Brasilinvest Telecomunicações, BIT, que embargara a venda das minhas ações. O embargo foi pedido por um advogado paulista muito atento às oportunidades, o dr. Edevaldo Alves da Silva, dono do grupo Capital e das Faculdades Metropolitanas Unidas. Ele queria entrar no negócio, para seu próprio benefício.

Involuntariamente, muito involuntariamente, ele me beneficiou. Dá para imaginar o clima que se implantou ali no prédio do Paraíso. Nada paradisíaco. Era como se punhais envenenados cruzassem o ar, à espera de um peito para cravar. As paredes tinham olhos e ouvidos. Os tapetes ocultavam mãos, prontas para puxá-los.

No início de 1986, recebo em minha casa, de surpresa, o sr. Massaru Yanagi, que substituíra Suzuki como principal executivo da companhia na América Latina. Os japoneses não são gente de visitar os outros sem avisar, muito menos às 10 da manhã, e menos ainda têm costume de pedir, de cara, uma "coisa forte" para beber. Meu filho, Mario Bernardo, que atendeu no escritório de casa, veio me avisar, assustado:

– Imagina que ele me pediu uísque.

– Serve um duplo – falei.

Quando descí para falar com o sr. Yanagi, ele

já tinha entornado a dose dupla e preparava-se para outra. Estava transtornado. Era a primeira vez que o via, ele acabara de chegar ao Brasil. A conversa foi deliciosa, como vocês podem imaginar:

– O senhor Kobayashi – começou ele, conferindo ao nome do **chairman** da NEC japonesa a entonação que se dá a um deus. – O deus Kobayashi – dizia – não está preocupado com os lucros, está preocupado com o progresso da América Latina. Por isso, o deus Kobayashi fica muito triste quando as idéias dele não chegam a ser entendidas por todo mundo...

E eu, "hum, hum" (observei que o efeito do **scotch**, num japonês, talvez seja o de evitar o rubor, quando ele diz coisas nas quais não acredita).

Mas o que queria, enfim, um pontífice como o sr. Kobayashi com um mísero mortal, como o sr. Garnerio, a ponto de fazer alguém passar pelo constrangimento de uma visita como aquela, às 10 da manhã? Fora a intenção de anunciar toda a sua consideração humanitária pela América Latina, o que deus Koji Kobayashi queria, via seu emissário, era me fazer uma ameaça:

– Ele está vendo que o Brasil não quer a NEC – disse o sr. Yanagi. – Como ele não se preocupa com os lucros, tudo bem, a NEC vai embora.

Eu blefei:

– Ótimo. Se o senhor virar as costas, eu trago outro, aqui, na mesma hora.

Naturalmente, não era bem isso que deus Kobayashi queria. Queria ficar no Brasil. Mas ficar a seu jeito: atropelando todas as decisões que não fossem as dele. Antes de mim, a NEC tinha brigado, aqui, com os Paula Machado, da Companhia Docas de Santos, com quem se associaram por pouco tempo. Brigou comigo. Podem escrever: vai brigar também com Roberto Marinho, o dono da Globo, que me sucedeu no controle da NEC.

A minha briga durou tanto que o sr. Yanagi voltou a freqüentar meu uísque matinal, mais de uma vez. Numa delas, veio decidido:

– O senhor assina aí o acordo da venda da NEC.

– Não vendo – devolvi. – Quero assinar para comprar a sua parte.

Certa vez, fui obrigado a usar palavras grosseiras a respeito da divindade do sr. Kobayashi, acusando-o de não passar de um "budinha da Liberdade". Liberdade, bem entendido, o bairro oriental de São Paulo. Mas fiquei de fato comovido, de repente, com o desespero estampado no rosto do patético emissário nipônico, após uma boa calibragem alcoólica, ao tentar entender os hábitos nativos:

– **Estoy enojado.** Me disseram, lá em Brasília, que estava tudo acertado. Dei os 500 mil dólares que eles pediram, e nada.

Quase me servi também uma dose dupla. Então, era isso que valiam todos aqueles preciosos minutos na tevê, as chamadas

insistentes nos jornais, as repetidas menções ao colarinho branco. Sinceramente, achei pouco. Voltando ao Garrincha, não combinaram com o adversário a tática do jogo. E eu ia jogar do meu jeito.

## Intimação via Embratel

Roberto Marinho – era isso. Em agosto de 1986, numa conversa meio arrevesada com o empresário Matias Machline, a propósito da NEC, mencionou-se, pela primeira vez, o lobo do homem, perdão, o homem do Globo. Matei a charada. Três meses depois, o enigma estaria desfeito. A mesa do Conselho de Administração da NEC do Brasil passava a apresentar nova configuração: um lugar para o dr. Roberto Marinho, sistematicamente representado nas reuniões pelo seu lugar-tenente, Miguel Pires Gonçalves, uma penca de japoneses... e o insistente Mario Garnero. É a situação que ainda perdura.

Até a olho nu dá para notar quem está, hoje, em maioria, na NEC. O dr. Roberto, que tem o dom da primazia em todos os seus negócios, detém o controle acionário da companhia. Os japoneses mandam. Eu incomodo.

Presidindo nossos agradáveis papos de negócios, paira o espectro do cidadão que executou, com impecável fidelidade aos compromissos assumidos, a operação que nos faz compartilhar essa situação meio *gauche*. É

uma injustiça que ele não possa estar de corpo presente. Trata-se do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Se o simpático baiano aventurou-se a entrar, ele próprio, na manobra, foi porque, como suspeitou o sr. Yanagi, os escalões inferiores prometeram mas não entregaram a mercadoria. Estava na hora de inaugurar uma nova tática: o show da intimidação. Show e intimidação são duas especialidades do ministro das Comunicações. Facilita quando se tem a seu lado o campeão de audiência.

Do ponto de vista legal, eu era ainda, em março de 1986, o dono da situação na NEC do Brasil. Convoquei uma assembléia extraordinária para o dia 11 de abril e preparei meu exército de ocupação. Por uma dessas incríveis coincidências, a Globo e o Globo passaram a se interessar muito por uma certa lei do colarinho branco, que o governo federal estaria supostamente alinhavando, e decidiram rememorar, naquele momento, o caso Brasilinvest, ocorrido um ano antes. Embora eu não merecesse, o jornal e a televisão do dr. Roberto Marinho voltavam a me oferecer as honras do estrelato.

Despontou, aí, a volumosa silhueta do ministro Antônio Carlos, trazendo no seu – literalmente – bojo uma ameaça que não visava a mim, mas à própria NEC. Como o sr. Mario Garnero – dizia ele – não é um empresário idôneo, o sistema Telebrás se sentia dispensado

de pagar as dívidas que tinha com a NEC. O governo era responsável por 80% das vendas da companhia. Só mesmo o fato de haver japoneses derrubarem a mim, todos aqueles que estavam de olho na NEC arriscavam-se a destruir a própria empresa.

Havia 2.500 funcionários na fábrica de Guarulhos – seiscentos deles donos de diploma universitário. Não é de estranhar que, fora uma meia dúzia de agentes do inimigo, todo o resto do pessoal torcesse desesperadamente por mim. A "rádio peão" transmitia cada passo dos acontecimentos, denunciando as pressões.

O governo cumpriu sua parte: cortou os pagamentos. Eu cumpri a minha: não houve um dia de atraso de salário. Os japoneses fecharam a sete chaves a minha sala, na diretoria. Eu ocupei o salão de reuniões. Eu negociava um empréstimo bancário. Ao lado, um japonês ligava para o mesmo banco, advertindo: "É loucura, a NEC vai quebrar". Apertados pelo governo, meus fornecedores cortavam o crédito. Eu renegociava, com eles, pacientemente, novos fornecimentos – ajudado pelo Cláudio Galleazzi, Arnaldo Alencar Lima, Ivan Coelho e Edmir Pacheco da Silva. A fábrica não parou. Devo isso a pessoas que ousaram desafiar, junto comigo, as iras do poder e a intolerância do governo. É confortador saber que ainda há empresários de coragem neste país.

Brasília cortou o oxigênio. Nós insistimos em

respirar. O sócio estrangeiro foi à Justiça, apertar nossa garganta. Nós nos safamos, sucessivamente. A tentativa de anular a acidentada assembléia extraordinária do dia 11 de abril, que consolidou de novo o controle nosso, não deu certo. O juiz Francisco Vidal de Castro aceitou, de início, os argumentos da NEC Corporation, mas no dia seguinte, os reconsiderou. O japonês recorreu. O Tribunal de Alçada rejeitou. Não havia mesmo muita saída, fora do **Jornal Nacional**.

Se eles eram suicidas, eu é que não podia ser. Busquei todo tipo de negociação. Através de um enviado à Telebrás e ao Ministério das Comunicações, propus, com toda a humildade, a via do bom senso. Se eles queriam a mim, que salvassem a companhia. Minha proposta: que o governo pagasse suas dívidas rigorosamente. Eu tratava com um devedor relapso e arrogante e até parecia que eu é que lhe devia um enorme favor. Agora, quando vejo filmes como

**Os Intocáveis**, percebo como a Chicago dos anos 20 era uma alameda de cavalheiros, perto do ambiente em que estive metido. Colhi admiráveis manifestações de caráter, como a de um cidadão chamado Artur Alves Peixoto, que eu trouxe da Telebahia para ser diretor da NEC e que, certo dia, me transmitiu uma brilhante proposta de negociação: os japoneses passavam a indicar três representantes para o Conselho de Administração, eu indicava três e a Telebrás, devidamente representada por ele, ficava com o

sétimo assento. Uma curiosa proposta de transferência de controle acionário sem necessidade de transferência de controle acionário. Acho que ele superestimou minha boa fé. Acabou demitido, depois, pelo dr. Roberto Marinho. Nem o dr. Roberto agüentou a convivência com um homem de tão rutilante índole moral.

Ao mesmo tempo em que eu sustentava a luta no **front** judicial, sabia que tinha de ir preparando a minha retirada. Mas nas minhas condições. Não tinha jeito. Passaria o controle acionário da NEC, sim – mas a quem me fizesse a melhor proposta por ele. E a melhor proposta, entre várias, acabou sendo a do grupo Sharp-SID, do empresário Matias Machline. Estivemos juntos e, em minha casa, o vice-presidente, Luiz Paulo Rosenberg, ex-assessor econômico de Sarney, fez o acerto final. Chegamos a brindar o **happy end**. No dia seguinte, ia ser assinado o cheque. De manhã, Machline recebeu o telefonema de um velho amigo, desaconselhando a compra. Desaconselhar diz pouco do que, de fato, houve. Simplesmente, o presidente da República, em nome de uma intimidade de mais de vinte anos, convocava o amigo Machline a desistir do negócio. Um poder mais alto do que a própria Presidência da República se levantava. Afinal, não é todo dia que se pode atender a um empresário de prestígio internacional, mesmo que, depois, se tenha também de deixá-lo transferir 30 milhões de dólares ao câmbio

oficial para socorrer sua emissora de tevê no exterior.

Tempos depois, o próprio Machline me daria maiores detalhes da armação ilimitada. A idéia era estender a liquidação do Brasilinvest Banco de Investimentos para o Brasilinvest Informática e Telecomunicações – que controlava a NEC. Assim, eu seria removido à força. Assim, o futuro liquidante poderia passar minhas ações da NEC ao dr. Roberto Marinho por meia dúzia de cruzados. Quer dizer: não era só um bom negócio que ele queria, melhor se fosse de graça.

Machline diz que advertiu Sarney:

– Vocês vão ter o cadáver do Mario Garnero brigando com vocês o resto da vida.

Felizmente, eu continuo na briga, em melhores condições do que as previstas.

Por algum tempo ainda, Mario Garnero freqüentou as piadinhas de Chico Anísio e de Jô Soares, dois aliados do patrão. Jô, depois, viu como foi usado, e creio na sua boa fé. Enfim, materializou-se, uma manhã, na minha porta, o filho do general, Miguel Pires Conçalves, devidamente acompanhado pelo advogado Bulhões de Carvalho. Até então, eu me recusava a acreditar no que me contavam. O dono da Globo e eu sempre nos tínhamos distinguido com demonstrações mútuas de amizade. Agora, ele vinha, como me diziam, dar o tiro de misericórdia.

Dias depois, lembrei pessoalmente ao dr.

Roberto um episódio acontecido no auge do caso Brasilinvest, quando, de Brasília, me convidaram para o programa **Bom Dia, Brasil**, e eu, apesar de tudo, aceitei. A última hora, fui desconvidado.

– A diretoria, no Rio, vetou – me explicaram.

Aproveitei para refrescar a memória dele:

– O senhor, que é um apóstolo da democracia, por que é que não me concedeu o menor direito de defesa?

Ele devolveu:

– Nunca soube que você foi vetado.

Não me agüentei:

– Bom, então foi a única vez em que aconteceu alguma coisa na Globo da qual o senhor não soubesse.

Ele soube, com a Globo, recompensar os que o ajudaram no episódio do cerco à NEC. À família do ministro Antônio Carlos, por exemplo, transferiu os direitos de retransmissão da programação de sua rede de tevê, na Bahia. O dr. Roberto mostrou-se, assim, um homem reconhecido e, a rigor, ninguém pode acusá-lo de nenhum crime, já que ele apenas deu o que lhe pertence. Do ministro, sim, alguém pode querer cobrar explicações, verificando se agiu em prol de interesse pessoal usando as atribuições de um cargo público. Mas não me cabe julgar isso. O Congresso, por iniciativa do deputado Brandão Monteiro e com assinatura de 163 deputados, criou uma CPI para o caso NEC.

## Lições da derrota e da vitória

– E, se algum dia, o Dornelles passar pela sua frente?

É a pergunta clássica que me fazem, geralmente me medindo dos pés à cabeça. Eu digo que a figura do sobrinho do tio, o **miniführer** transitório, não me interessa verdadeiramente. Francisco Dornelles não merece a consideração atribuída a um enigma político, ele é apenas um desafio às leis da física. Como é que pode caber tanto ódio num frasco tão pequenininho?

Poupo aos meus agressores o sentimento que eles tiveram a meu respeito. Não estou olhando para trás, ansioso por uma desforra. Olho para frente, certo de que tenho muito ainda a fazer. Alimento-me de confiança, não de decepções. As decepções monumentais que cheguei a experimentar, com aqueles que se diziam amigos, eu prefiro entendê-las como o medo da aeromoça que, até ela, sai correndo na hora da turbulência. O medo é o mais humano dos sentimentos.

O empresário Mario Garnero teve 25 anos de vida útil. É um momento de sobressalto. No Brasilinvest, foram nove anos e nove meses de triunfo; três meses de amargura. Sinto ter ficado razoavelmente só, salvo raras manifestações de solidariedade, quando se tratou de experimentar as decepções, não as vitórias. Grandes empresários, em todo o mundo, caem e se

erguem, sem que sejam penalizados eternamente pelos seus eventuais erros.

Se no Brasil ainda não é assim, se aqui a nostalgia do risco ainda é sufocada pelo INPS do lucro, não é por culpa de nosso povo, mas de nossa elite. O que eu chamo de INPS do lucro é você virar um empresário-parasita, incrustar-se no governo, sorver as benesses oficiais, sem correr risco. Você não é estatal – é parasitatal. Quantos empresários você não conhece que só sabem atuar desse modo?

Corri os meus riscos, e paguei caro, eu próprio, por eles. Não acorri às várias formas de previdência oficial, do tipo portaria 1008 – dinheiro do contribuinte que vai tapar os buracos criados por particulares, com a cumplicidade de autoridades que prometem “não destinar um tostão ao pagamento de escândalos financeiros” (José Sarney, 22/3/1985, na nota de apoio à decisão de Dornelles no **affair** Brasilinvest). Quem a Justiça deve responsabilizar, criminalmente: quem comete um erro ao gerir seu negócio ou quem administra favores com o dinheiro do Estado?

Eu vivi a minha crise. O Brasil vive a dele há quase dez anos. Se há um consolo para a crise é o de que ela ensina a ver a realidade. O Brasil começa a ver a sua, sem os eternos movimentos pendulares do otimismo ou do pessimismo. Não podemos ser eternamente otimistas sendo pessimamente dirigidos. Esta contradição está levando o País a dar o dobro de seu esforço para

alcançar seus objetivos. A inflação, o descontrole administrativo, a incompetência dos que mandam não extinguem tudo o que o País tem de bom, mas podem atrasar a marcha, podem até nos colocar num estado de tensão social cujas conseqüências seriam menos uma mudança para um regime do tipo comunista e mais um retorno a uma ditadura militar mais dura que a que já tivemos. É o que imagino que possa acontecer. É o que torço para que não aconteça.

Chico Buarque errou quando disse que íamos fazer daqui um grande Portugal. O Brasil não será sequer uma grande Nicarágua. Não há solavancos revolucionários no nosso horizonte. O Brasil optou por uma linha capitalista, mas, estranhamente, os capitalistas daqui parecem não estar dispostos a desenvolvê-la. Para eles, quem corre risco é aventureiro. Um dia, talvez, aprendam.

Contra mim, houve uma conspiração – bem discreta, bem tramada e bem-sucedida. Mas eu me recuso a ficar debaixo da cama, alimentando-me de qualquer paranóia. Não aceito o jogo deles, que era o de me intimidar. Hoje converso com jovens estudantes e jovens empresários e, nas entrelinhas do tom amargo de suas queixas, pressinto uma enorme confiança no País. A confiança que eu sempre tive, a confiança que eu via em Juscelino, a confiança que nutria meu pai imigrante, a confiança de minha mãe, que me mandava levantar quando caía.

Quiseram tirar tudo de mim, do meu patrimônio à minha honra. Pior: quiseram tirar minha confiança. Perderam seu tempo. Eu estou certo, hoje, de que, na vida, o sucesso e a derrota são faces de uma mesma moeda, e um dia eu vi essa moeda cair para um lado, outro dia ela caiu para o outro. O segredo, que eu dedico a todos os jovens que vão fazer deste país o que ele merece, ser, é só um: não entregar os pontos na derrota nem se exceder na vitória””.

**“ NEC DO BRASIL S/A.  
UM NEGÓCIO AVALIADO EM  
DEZENAS DE MILHÕES DE  
DÓLARES, E UM MERCADO  
FUTURO DE ALGUNS BILHÕES  
DE DÓLARES, DO QUAL  
O EMPRESÁRIO ROBERTO  
MARINHO CONSEGUIU  
APODERAR-SE, GRAÇAS A  
AMIGOS ENCASTELADOS  
NO GOVERNO SARNEY, E AO  
PODER DE INTIMIDAÇÃO  
DA SUA REDE GLOBO,  
RIGOROSAMENTE A CUSTO  
ZERO.”**

**“ A AÇÃO DO EX-MINISTRO, E HOJE GOVERNADOR DA BAHIA, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, FOI DECISIVA PARA ALIJAR O EMPRESÁRIO MARIO GARNERO DO COMANDO DA NEC. ENCERRADO O CASO, COINCIDENTEMENTE, A TV BAHIA, CONTROLADA PELO EX-MINISTRO, TORNOU-SE A MAIS NOVA RETRANSMISSORA DA TV GLOBO. TERIA SIDO O PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS NEGÓCIOS DE ROBERTO MARINHO? FICOU A SUSPEITA. UMA SUSPEITA QUE WALTER CLARK, O HOMEM QUE COMANDOU A REDE GLOBO DURANTE DEZ ANOS, REFORÇA EM SEU LIVRO AUTOBIOGRÁFICO O CAMPEÃO DE AUDIÊNCIA. ”**